



Ouvidoria
Cidadã
da EBC

Um resgate da participação da sociedade na comunicação pública brasileira

Análise independente dos conteúdos veiculados pela Empresa Brasil de Comunicação

- Ouvidoria Cidadã da EBC

Análise independente dos conteúdos veiculados pela Empresa Brasil de Comunicação

Relatório 2020

Com o objetivo de exercer a participação e controle social previstos na Lei nº 11.652/2008, de criação da Empresa Brasil de Comunicação, lançamos, certos do papel que cabe à empresa pública, a Ouvidoria Cidadã da EBC.

A medida se faz necessária diante da cassação do Conselho Curador, em 2016, e a transformação da Ouvidoria da EBC em aparato de comunicação institucional, em 2018, que deixou de exercer a análise crítica dos conteúdos e não zela pela aplicação da lei pela empresa.

Pretendemos publicar boletins, artigos e análise dos conteúdos, apontando veiculações e publicações em desacordo com os princípios previstos na lei. Também destacamos exemplos de bons conteúdos que contemplam os princípios para proporcionar o debate público de ideias e a circulação de informações preconizadas pelas boas práticas internacionais de Comunicação Pública.

Neste primeiro relatório, abordamos de forma amostral conteúdos publicados e veiculados durante o ano de 2020 pela Agência Brasil, Radioagência Nacional, TV Brasil, Radiojornalismo e postagens nas Redes Sociais da EBC.

Como sociedade civil, não temos a institucionalidade da Ouvidoria da EBC para cobrar da empresa providências quanto aos problemas apontados. Lançamos este instrumento da Ouvidoria Cidadã por acreditarmos na importância da Comunicação Pública como elemento fundamental para um ambiente democrático e para registrar os desvios que estão sendo feitos de forma ilegal no projeto da Empresa Brasil de Comunicação.

Contribua enviando críticas, elogios, prints, links ou análises de conteúdos da EBC para o e-mail ouvidoriacidadaebc@gmail.com. O material será publicado ao longo do ano nas redes sociais da Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública (<https://pt-br.facebook.com/emdefesadaEBC/>), no site do Conselho Curador Cassado (<https://conselhocurador.ciranda.net/>) e no site da Ouvidoria Cidadã da EBC (<http://ouvidoriacidadaebc.org/>).

Em defesa da EBC e de uma comunicação pública independente e que tenha compromisso com a sociedade!

▪ Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública



Entidades:

- ABCPública - Associação Brasileira de Comunicação Pública
- Abraço - Associação Brasileira de Rádios Comunitárias
- AJOSUL - Associação dos Jornalistas do Sul Fluminense
- ARCO-RJ
- AMARC Brasil - Associação Mundial de Rádios Comunitárias
- Artigo 19
- Blog Deixa Falar
- Brasil de Fato
- Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé
- Ciranda Internacional da Comunicação Compartilhada
- Coletivo A Esquerda da Praça
- Comissão de Empregados da EBC
- Comitê Lula Livre Zona Norte Rio
- Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq)
- CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
- Contee - Confederação Nacional dos Trabalhadores/as em Estabelecimentos de Ensino
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
- Condsef - Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Federal
- Conselho Comunitário de Maricá
- Conselho Curador Cassado
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social
- ConJor - Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (UFOP)
- CTB-RJ
- CUT-RJ
- DHnet - Rede de Direitos Humanos e Cultura
- ECO - Escola de Comunicação da UFRJ
- EMERGE - Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência (UFF)

- EPCC - Grupo de pesquisa Economia Política da Comunicação e da Cultura (Fundação Casa de Ruy Barbosa)
- FaleRio- Frente Ampla pela Liberdade de Expressão RJ
- FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas
- FNDC - Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação
- Fórum Grita Baixada
- GP Rádio e Mídia Sonora da INTERCOM
- Grupo de Pesquisa Comunicação Pública, Políticas de Comunicação e Amazônia da UFPA
- Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
- IPROSA
- Jornalistas Livres
- Labjor - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Unicamp)
- LaPCom - Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília
- LECOTEC - Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia, Educação e Criatividade (Unesp)
- LEMEP - Laboratório de Estudos da Mídia e Esfera Pública, do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ)
- MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos
- MNRC - Movimento Nacional das Rádios Comunitárias
- Movimento Revoada
- MST
- Observatório de Comunicação Pública (OBCOMP/UFRGS)
- PEIC - Grupo de pesquisa em Políticas e Economia Política da Informação e Comunicação (ECO/UFRJ)
- Portal Favelas
- Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI)
- RUBRA - Rede de Rádios Universitárias do Brasil
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro
- Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado de São Paulo
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Distrito Federal
- Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão no Estado do Rio de Janeiro
- TV Comunitária de Niterói
- UBM - União Brasileira de Mulheres
- UNE - União Nacional dos Estudantes
- Viração Educomunicação

Pessoas físicas:

- Debora Cristina Lopez - Docente da Universidade Federal de Ouro Preto
- Laurindo Lalo Leal Filho - Professor da ECA/USP e 1º Ouvidor-geral da EBC
- Pedro Aguiar - Professor de Jornalismo da UFF
- Pedro Barreto Pereira - Jornalista e pesquisador pós-doc PPGMC/UFF
- Regina Lima - Ex-ouvidora da EBC e professora da UFPA
- Tereza Cruvinel - Jornalista, primeira diretora-presidente da EBC (2007-2011)

▪ Contexto

A Empresa Brasil de Comunicação foi criada em 2007 para tirar do papel a previsão de um sistema público de comunicação previsto no artigo 223 da Constituição Federal Brasileira. Ela incorporou os veículos e agências federais que eram geridos pela Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) e os veículos educativos mantidos pela Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (Acerp). Assim, a EBC é um conglomerado de comunicação que inclui a TV Brasil, as rádios Nacional AM e FM de Brasília, Rio de Janeiro, Amazônia e Alto Solimões, as rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro, a Agência Brasil e a Radioagência Nacional, bem como os perfis desses veículos nas redes sociais.

Após quase uma década de funcionamento na busca por consolidar os preceitos da comunicação pública no país, acostumado com modelos bem sucedidos de comunicação privada, a EBC sofreu intervenção após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O governo de Michel Temer editou normas legais que acabaram com o mandato do diretor-presidente da EBC e com o principal mecanismo de participação social na empresa: o Conselho Curador.

Com isso, a EBC perdeu a pouca autonomia editorial que tinha e a sociedade civil foi retirada das instâncias oficiais da empresa, já que o Conselho Curador era formado por maioria de membros escolhidos por meio de consultas públicas e tinha como principal função garantir que os interesses da sociedade estivessem representados nos conteúdos da empresa.

Em 2018, a Ouvidoria da EBC, que fazia a análise crítica e independente dos conteúdos dos veículos públicos, mudou de rumos e passou a cumprir um papel de comunicação institucional. Os relatórios não trazem mais avaliações sobre o que é colocado no ar. No lugar das análises e manifestações da audiência, os documentos passaram a trazer muito autoelogio à “nova gestão” da Ouvidoria e da Empresa.

Num processo de burocratização do acesso da população ao órgão, a Ouvidoria da EBC passou a integrar o portal oficial das ouvidorias de todos os órgãos do governo federal, o Fala.BR. Cumprindo, assim, um papel de órgão de governo, e não comprometido com o interesse público.

▪ Análise de conteúdos

Destacamos neste resumo alguns conteúdos abordados no primeiro relatório da Ouvidoria Cidadão da EBC.

Agência Brasil

A Agência Brasil (ABr) tem se prestado ao papel de uma típica agência de governo, quase uma assessoria de imprensa dos órgãos federais, publicando reiteradamente matérias puramente declaratórias ou de atos do governo sem a devida contextualização nem direito a opiniões contrárias. O papel de agência pública de notícias foi completamente desvirtuado.

A proteção ao presidente Jair Bolsonaro transparece em edições de falas pronunciadas por ele próprio. Como o “e daí?”, do dia 28 de abril, ao comentar o crescente número de mortos no início da pandemia de Covid-19 no país. A ABr suprimiu este “detalhe” da declaração do presidente¹.

A Agência Brasil também editou um texto reproduzido da Reuters, sem indicar tal edição e mantendo a assinatura da agência privada internacional. Foi retirada da matéria “Militares se mobilizam para proteger indígenas de covid-19 na Amazônia”² a palavra “polêmico” para se referir ao medicamento antimalária cloroquina no tratamento da Covid-19³. Tal edição foi feita no intuito de corroborar com a visão de Bolsonaro sobre o uso do medicamento, mesmo sem eficácia comprovada contra o novo coronavírus.

Em outro exemplo, a ABr deu aval ao negacionismo antivacina do presidente, publicando, no dia 2 de dezembro, a manchete “Ministério vai buscar vacina de excelência, diz Pazuello no Congresso” e como subtítulo, também em destaque na capa do portal, “Ele reafirmou que a população não será obrigada a se imunizar”⁴.

Em 21 de agosto, duas matérias da Agência Brasil traziam claro tom de propaganda do governo federal já no título: “Água e auxílio emergencial levam esperança a município do semiárido”⁵ e “Presidente entrega internet gratuita e água potável no sertão potiguar”⁶. As matérias tinham, ainda, propaganda de ações da prefeitura, durante o período de restrição da legislação eleitoral.

¹<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/virus-vai-atingir-70-da-populacao-diz-bolsonaro>

² <https://br.reuters.com/article/idBRKBN2425Q2-OB RTP>

³ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-07/militares-semobilizam-para-proteger-indigenas-de-covid-19-na-amazonia>

⁴ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/ministerio-vaibuscar-vacina-de-excelencia-diz-pazuella-no-congresso>

⁵ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-08/agua-e-auxilio-emergencial-levam-esperanca-municipiodo-semiarido>

⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/presidente-entrega-internetgratuita-e-agua-potavel-no-sertao-potiguar>

No dia 19 de novembro, a ABr publicou uma matéria em que o diretor-presidente da EBC, Glen Valente, dá declarações que vão contra a lei de criação da empresa, dizendo que todas as plataformas da Comunicação Pública devem ser maximizadas “para fazer a comunicação de tudo que acontece no governo”⁷. Em tom de comunicação institucional, o texto não contrapõe tal fala e não cita nem a lei de criação da EBC nem a missão da empresa.

TV Brasil

A Ouvidoria Cidadã da EBC denuncia o uso reiterado da TV Brasil para promoção pessoal do presidente da República, Jair Bolsonaro. Tal proselitismo, proibido por lei, pôde ser visto na transmissão de um suposto culto religioso no domingo de páscoa⁸, em que os convidados, entre políticos e pastores evangélicos, se revezaram em elogios a ele.

Outros exemplos incluem uma saudação ao presidente durante uma transmissão esportiva e a tentativa do apresentador da cobertura das eleições municipais em direcionar o convidado a comentar a apuração a minimizar a derrota eleitoral que o pleito representou para Bolsonaro.

A confusão (intencional) entre comunicação pública e governamental pode ser vista também em pelo menos dez ocasiões nas quais o telejornal Repórter Brasil começou com a transmissão direto dos estúdios do programa de rádio A Voz do Brasil. O informativo foi criado na década de 1930 para divulgação nacional dos atos do governo Getúlio Vargas e atualmente é produzido pela EBC como uma prestação de serviço à Secretaria Especial de Comunicação (Secom).

A TV Brasil também se prestou a corroborar a visão de Bolsonaro sobre a pandemia. No dia 5 de julho, o programa Impressões entrevistou a médica Nise Yamaguchi, uma árdua defensora do uso da hidroxicloroquina desde o início do tratamento de Covid-19, assim como o presidente. Tal uso foi rechaçado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e por pesquisas de renomadas instituições brasileiras, mas durante o programa a apresentadora não fez nenhum questionamento sobre tal utilização.

Desde abril de 2019, a TV Brasil, veículo público da EBC, e a TV NBR, de comunicação governamental e também gerida pela EBC como prestação de serviço à Secom, tiveram as grades unificadas, desaparecendo a separação constitucional que deveria existir entre as duas emissoras. Com isso, a grade da TV Brasil passou a ser constantemente interrompida por transmissões oficiais de atos do governo. Inclusive a programação infantil, que é o carro chefe da TV pública.

Desde a unificação das grades, existe um jornal estatal na programação, chamado “Brasil em Dia”. No entanto, a diretoria da EBC prioriza as transmissões ao vivo dos eventos que enaltecem politicamente o presidente e/ou ministros do governo

⁷ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-11/ebc-participa-de-x-encontro-de-gestao-de-custos-do-setor-publico>

⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=yoULwu1diHw>

federal. Como uma inauguração de obra de duplicação de trecho de uma rodovia, na qual a TV Brasil ficou mais de 10 minutos no ar com imagens de Bolsonaro acenando para os motoristas que passavam no trecho liberado⁹.

Outra interrupção “inusitada” na programação ocorreu no dia 28 de dezembro de 2020, quando o presidente participou da abertura do jogo beneficente Natal Sem Fome, no Estádio da Vila Belmiro, em Santos (SP)¹⁰. Depois de 15 minutos de transmissão mostrando pessoas tirando foto com o presidente, ele deu o pontapé inicial da partida e a TV Brasil deixou o jogo no ar por cerca de 10 minutos, até Bolsonaro marcar um gol, caindo em seguida, com direito a dois replays da jogada.

Redes sociais

As contas das redes sociais dos veículos públicos e agências da EBC passaram a ser usados majoritariamente para fazer propaganda do governo federal, em especial do presidente Bolsonaro. Praticamente todos os dias, o Facebook da TV Brasil, da Agência Brasil e da TV BrasilGov estão transmitindo vivos do governo e fazendo marcações nos perfis do presidente e do vice-presidente da república, sendo que nenhum outro político ou órgão são marcados nas redes sociais da EBC.

Isso mostra um injusto favorecimento, quebrando os princípios constitucionais da impessoalidade, isonomia e autonomia, além da proibição de proselitismo previstas na Lei da EBC.

Também houve uma denúncia de que começou a circular para os editores listas diárias de temas permitidos nas redes sociais dos veículos jornalísticos. Por exemplo, a morte de Beto Freitas, homem negro assassinado por espancamento em uma loja do Carrefour em Porto Alegre no dia 19 de novembro, não foi postada no perfil da Agência Brasil, apesar do fato ter sido noticiado no site.

Foi detectado, ainda, o apagamento de postagens que traziam notícias desfavoráveis ao governo federal.

Rádios e Radioagência

O sistema de rádios EBC reúne sete emissoras e uma Radioagência que fornece conteúdo para mais de 2 mil emissoras em todo o país. Entre as observações feitas pela Ouvidoria Cidadã, está um comentário opinativo e inadequado do apresentador do programa Revista Brasil, tachando de ladrão um secretário acusado de envolvimento em suspeita de irregularidades.

Em plena pandemia e uma grave crise econômica e política, a EBC noticiou que um novo telejornal a ser lançado focaria no “jornalismo suave e positivo”. Um dos

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=gXL6e2PnnX8>

¹⁰ https://www.youtube.com/watch?v=J-BedD6zF_8

exemplos disso nas rádios é o uso de material do programa “Por dentro da Amazônia”, que é distribuído pela Rede Nacional Rádio, outro serviço prestado pela EBC de divulgação de conteúdo do governo. O programa é do vice-presidente, Hamilton Mourão, e foi utilizado algumas vezes nos radiojornais das rádios públicas da EBC, mesmo sem atender a qualquer critério de noticiabilidade.

Por outro lado, algumas declarações do vice-presidente que mereciam repercussão foram ignoradas. Como no dia 20 de novembro, dia da Consciência Negra no Brasil, quando Mourão disse que “para mim no Brasil não existe racismo. Isso é uma coisa que querem importar, isso não existe aqui. Eu digo pra você com toda tranquilidade, não tem racismo”. A polêmica avaliação foi dada quando questionado sobre o assassinato de Beto Freitas, espancado por dois seguranças de um supermercado.

A postagem do presidente Jair Bolsonaro sobre a mesma questão também ficou fora das ondas das rádios da EBC. Ele escreveu em suas redes sociais que “Como homem e como Presidente, sou daltônico: todos têm a mesma cor. Não existe uma cor de pele melhor do que as outras. Existem homens bons e homens maus”.

A cobertura das queimadas no Pantanal em 2020 nas rádios da EBC ficou a cargo dos anúncios governamentais, como envio de militares e helicópteros para ajudar a combater o fogo. Sem nenhum especialista ser consultado para dimensionar o impacto da ajuda ofertada pelas forças armadas.

Nas eleições municipais, que envolvem o maior número de candidatos, por escolher os representantes do poder legislativo e do executivo mais próximo ao cidadão, foi abordada de uma maneira inusitada no radiojornalismo: os candidatos desapareceram da cobertura. Não houve no radiojornalismo EBC uma matéria sequer sobre quem disputava a prefeitura das principais capitais do país. A cobertura manteve o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) como fonte em matérias focadas no serviço.

Link para o relatório completo (em português):

<https://emdefesadaebc.wordpress.com/2020/12/17/acesse-aqui-o-primeiro-relatorio-da-ouvidoria-cidada-da-ebc/>

Link da transmissão de lançamento dia 16/12/20:

<https://www.youtube.com/watch?v=qd7vXCvhlj4&feature=youtu.be>

Participantes:

Laurindo Leal Filho - Professor da ECA/USP e 1º Ouvidor-geral da EBC

Rita Freire - Jornalista, ex-presidenta do Conselho Curador da EBC

Pedro Aguiar - Professor de Jornalismo da UFF, especialista em agências de notícias

Juliana César Nunes - Sindicato dos Jornalistas DF e Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial (Cojira)

Mediação: Akemi Nitahara - Comissão de Empregados da EBC

Considerações de Fernando Oliveira Paulino - Professor da UnB e Coordenador do Laboratório de Políticas de Comunicação (LaPCom) e da Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (RENOI), ex-ouvidor adjunto da EBC para o sistema de rádios:

<https://www.facebook.com/emdefesadaEBC/videos/395487768202142>

Contato: ouvidoriacidadaebc@gmail.com

Site: ouvidoriacidadaebc.org

